



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Colonialidade e o patrimônio cultural de uma cidade média: o caso de Passo Fundo/RS

Greice Barufaldi Rampanelli
PROPUR/UFRGS

Jéssica Neves Marçaneiro
PROPUR/UFRGS

Inês Martina Lersch
PROPUR/UFRGS

Daniela Marzola Fialho
PROPUR/UFRGS

Sessão Temática 6: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. O intuito deste artigo é trazer à tona a problematização da preservação do patrimônio cultural material no contexto de uma cidade média da região norte do Rio Grande do Sul, a saber, Passo Fundo, fundada no séc XIX, por consequência do caminho criado para passagem das tropas de Gado Vacum, que conectava a região sul do país com São Paulo. Buscando partir de uma abordagem decolonial, através de um Estudo de Caso, a pesquisa relaciona esta conceitualização ao território e sua identidade, investigando as políticas públicas e as práticas patrimoniais locais. Sob o pressuposto de que as mesmas vêm sendo construídas com base nas relações de poder estabelecidas na Modernidade, isto é, eurocêntricas e étnico-raciais, propõe-se uma análise preliminar dos Planos Diretores e do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Passo Fundo. Trata-se de uma pesquisa analítica, para a qual foram consultados dados bibliográficos para o embasamento teórico conceitual, e dados documentais para a investigação sobre o município em questão. A decisão de dedicar a análise sobre os Planos Diretores e o Inventário do Patrimônio Arquitetônico se deu por tratar-se de instrumentos previstos em lei com a finalidade de preservar o patrimônio cultural nacional e que, portanto, deveriam ser utilizados de forma a garantir a proteção das mais diversas manifestações culturais, o que, segundo os resultados da análise, não acontece na prática no município em questão.

Palavras-chave. patrimônio cultural; cidades médias; Passo Fundo (RS); colonialidade; planos diretores.

Coloniality and the cultural heritage of a medium-sized city: the case of Passo Fundo/RS

Abstract. The aim of this article is to bring up the problematization of the material cultural heritage preservation in the context of a medium-sized city in the northern region of Rio Grande do Sul, Passo Fundo, founded in the 19th century, as a result of the path created for the passage of the Gado Vacum troops, which connected the southern region of the country with São Paulo. Seeking a decolonial vision, through a Case Study, the research relates this concept to the territory and its identity, investigating public policies and local heritage practices. Under the assumption that they have been built based on power relations established in Modernity, in other words, Eurocentric and ethnic-racial, it's proposed a preliminary analysis of the Master Plans and the Architectural Heritage Inventory of Passo Fundo. This is an analytical research, for which bibliographic data were consulted for the conceptual theoretical basis, and documentary data for the investigation of the municipality in question. The decision to analyze the Master Plans and the Architectural Heritage Inventory was made because they are instruments provided for by law with the purpose of preserving the national cultural heritage and, therefore, should be used in order to guarantee the protection of the most diverse cultural manifestations, which is not reflected in the practice in the municipality in question.

Keywords: cultural heritage; medium-size cities; Passo Fundo (RS); coloniality; master plans.

Colonialidad y patrimonio cultural de una ciudad mediana: el caso de Passo Fundo/RS

Resumen. El objetivo de este artículo es plantear la problematización de la preservación del patrimonio cultural material en el contexto de una ciudad de mediano porte en la región norte de Rio Grande do Sul, a saber, Passo Fundo, fundada en el siglo XIX, como resultado del camino creado para el paso de las tropas de Gado Vacum, que conectaba la región sur del país con São Paulo. Buscando partir de un enfoque decolonial, a través de un Estudio de Caso, la investigación relaciona este concepto con el territorio y su identidad, indagando en políticas públicas y prácticas patrimoniales locales. Bajo el supuesto de que han sido construidos a partir de relaciones de poder establecidas en la modernidad, es decir, eurocéntricas y étnico-raciales, se propone un análisis preliminar de los Planes Directores y del Inventario del Patrimonio Arquitectónico de Passo Fundo. Se trata de una investigación analítica, para lo cual se consultaron datos bibliográficos para la fundamentación teórica conceptual, y datos documentales para la investigación del municipio en cuestión. La decisión de analizar los Planes Directores y el Inventario del Patrimonio Arquitectónico se tomó porque son instrumentos previstos en la ley con el propósito de preservar el patrimonio cultural nacional y, por tanto, deben utilizarse para garantizar la protección de las más diversas manifestaciones culturales, lo que, según los resultados del análisis, no sucede en la práctica en el municipio en cuestión.

Palabras clave: patrimonio cultural; ciudades medianas; Passo Fundo (RS); colonialidad; planes directores.

1. Introdução

O objetivo deste estudo é problematizar a preservação do patrimônio cultural no contexto de uma cidade média, à luz dos preceitos da decolonialidade. A partir da análise dos Planos Diretores e do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Passo Fundo, cidade de 203mil habitantes, localizada na região norte do Rio Grande do Sul, questiona-se o olhar eurocêntrico predominante nas práticas patrimoniais desta cidade.

Para tanto, optou-se pelo Estudo de Caso como estratégia metodológica, a fim de aproximar as abordagens teóricas a um contexto empírico. Estuda-se o caso da cidade de Passo Fundo, propondo como objetos de análise os Planos Diretores Municipais e o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade. Trata-se de uma pesquisa analítica, para a qual foram consultados dados bibliográficos para o embasamento teórico conceitual e dados documentais para a investigação sobre o município em questão. A decisão de debruçar a análise sobre os Planos Diretores e o Inventário do Patrimônio Arquitetônico se deu por serem instrumentos previstos em lei para a preservação do patrimônio cultural nacional e que, portanto, deveriam ser utilizados de forma a garantir a proteção das mais variadas manifestações culturais, o que supostamente não tem acontecido no caso escolhido.

O artigo é constituído de quatro partes principais. Na primeira parte, é apresentado o contexto no qual o tema tratado se encontra. A segunda parte traz o referencial teórico utilizado que concerne ao estudo. A terceira, por sua vez, apresenta uma breve descrição histórica sobre a ocupação inicial do território onde hoje se localiza o centro urbano de Passo Fundo. E, por fim, a quarta parte apresenta a análise da presença do poder hegemônico sobre os aspectos dos Planos Diretores do Município e do Inventário do Patrimônio Arquitetônico.

2. Da preservação do patrimônio cultural no contexto das cidades médias

Há muito, o patrimônio cultural é tema do campo de conhecimento dos estudos urbanos, especialmente quando se trata dos desafios inerentes à sua gestão. A multidisciplinariedade do campo e as especificidades culturais de cada local complexifica as decisões, geralmente, tomadas com base nas cartas patrimoniais e à luz das experiências internacionais. Choay (2014) reforça esse fato ao apontar que as bases legais que ordenam a preservação do patrimônio no mundo todo seguem preceitos europeus.

No contexto brasileiro, o campo do patrimônio cultural ainda é permeado pelo discurso de uma suposta identidade nacional com ancestralidade europeia, resquício do contexto no qual foram instituídas as primeiras políticas de preservação – no momento da criação do SPHAN em 1937 – quando se privilegiavam os bens de grupos sociais de tradição europeia, isto é, das classes dominantes (FONSECA, 2003).

O Decreto Lei nº 25 de 1937, de forma geral, “Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Para tanto, apresenta i) o que é considerado como patrimônio histórico e artístico nacional; ii) define quatro livros tombo nos quais, de acordo com a sua natureza, são inscritos os bens tratados como patrimônio histórico e artístico nacional; iii) determina os efeitos do tombamento (BRASIL, 1937). Destaque deve ser dado ao art. 1 que especifica o que constitui o patrimônio histórico e artístico do Brasil:

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.(BRASIL, 1937)

Essa conjuntura, como afirma Fonseca (2003, p.53), “está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil [...]”. Apesar dos recentes avanços na busca da ampliação do conceito de patrimônio cultural, a fim de promover a diversidade e a pluralidade, tais como: i) a aproximação entre Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano; ii) a instituição da chancela da Paisagem Cultural; iii) a absorção de novos conceitos, especialmente a partir da influência da Carta de Veneza (CASTRIOTA, 2007); iv) os instrumentos do Estatuto da Cidade e v) processos de tombamento que buscaram romper com a abordagem estético-estilística, considerando a leitura de significados e valorizando as paisagens urbanas como fonte documental (MOTTA, 2000), observa-se, ainda, os reflexos da colonialidade no cenário atual do patrimônio cultural brasileiro. É sabido que no período colonial, num cenário de poder de alcance mundial, a Europa, segundo Quijano (2005, p.123), “concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial da produção do conhecimento”, tratando as demais culturas como primitivas e inferiores. Desta forma, contextualiza-se a super valorização das produções culturais de influência europeia, em detrimento do reconhecimento da cultura dos povos originários bem como dos grupos afrodescendentes. O apagamento de culturas e etnias por meio da imposição de um dado grupo sobre outro é tema de trabalhos como o de Vladimir Stello, que discute a construção de uma identidade cultural que desconsidera as várias camadas que compõem a história e seleciona apenas uma como representante. O autor põe em questão as razões pelas quais opta-se por “eleger um único elemento cultural como representante, deixando de lado todos os outros componentes da configuração espacial regional, sejam eles edificadas ou da natureza, modificada pelas mãos dos homens, sejam materiais ou imateriais” (STELLO, 2013, p. 216).

A Constituição Federal de 1988 introduziu novos aspectos no que concerne ao patrimônio cultural, a fim de ampliar o que propunha o Decreto-lei nº 25 de 1937. No artigo 23º, a carta delibera sobre as competências da proteção dos “bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” e, ainda, sobre “os meios de acesso à cultura” (BRASIL, 1988); por sua vez, no artigo 24, inciso VII, a lei determina como responsáveis por legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, a União, os Estados e o Distrito Federal; a lei complementa, no art. 30, inciso IX, que os Municípios devem “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, 1988). O artigo 215, por sua vez, define o Estado como o agente provedor e incentivador do “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, que apoia e incentiva a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dentro desse quadro, o inciso I determina que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988). Isto é, nas palavras de Meneses (2017, p. 67), “a Constituição de 88 criou todas as condições para a integração das ações dos três níveis de poder ao estabelecer a figura da competência concorrente para a proteção dos bens culturais e naturais, a reabilitação urbana e a inclusão social”.

A responsabilidade é, portanto, do poder público e da população em geral sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro, definido no art. 216 como constituído pelos

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art. 216).

Como forma de garantir a preservação, o art. 216, parágrafo 1º, prevê a elaboração de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” por parte do Poder Público em conjunto com a comunidade. O parágrafo 2º determina que a administração pública é encarregada da gestão da documentação governamental e das providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Os parágrafos 3º e 4º indicam, respectivamente, que os “incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais” deverão ser estabelecidos pela lei e que “os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

Costa (2019, p.43) entende que o artigo 216 da constituição

ampliou a legitimação ativa para a promoção e proteção do patrimônio cultural mediante definição da atuação colaborativamente entre ‘poder público’ e comunidade na seleção, no acesso e na fruição dos bens selecionados como objeto de preservação, autorizando a inserção de ‘vozes dissonantes’¹ antes silenciadas, e a participação de outros intérpretes constitucionais.

Com o compromisso de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, “estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, apontando em seu art. 2º que o objetivo da política urbana é “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”. Nesse sentido, o Estatuto incorpora a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001). Enquanto Lei Federal, determina também que sua aplicação em cada realidade local deve ocorrer por meio do Plano Diretor. Isto posto, fica explícito o compromisso da legislação brasileira em relação à preservação do patrimônio e à proteção da diversidade das manifestações culturais no país.

Diante disso, compreende-se que as características socioeconômicas, políticas e culturais de cada realidade devem balizar as soluções de ordenamento urbano, conforme aponta Souza (2016, p.321) ao afirmar que mesmo que as leis aprovem instrumentos e planos, seus benefícios só serão efetivos “quando houver condições de implementação eficaz desses mesmos instrumentos e planos. Essas condições são de várias ordens - econômicas, políticas, culturais...”. Nesse contexto, tais condições de implementação de instrumentos e planos parecem ser peculiares nas cidades consideradas médias, que oferecem maior número de atividades, serviços e produtos que as cidades pequenas, ao mesmo tempo em que não enfrentam alguns problemas metropolitanos relacionados à infraestrutura urbana, por exemplo.

A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestadas na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles. Dessa forma, as cidades médias se revelam como locais privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar que oferecem (MOTTA; MATA, 2008).

Corrêa (2006), ao propor algumas tipologias para cidades médias, aponta três possibilidades, onde cada tipo pode ser combinado com os demais. A primeira tipologia corresponde ao “lugar central”, onde existe uma importante concentração de oferta de bens e serviços em escala regional. Trata-se de uma “Capital Regional”, que se situa entre a metrópole, a partir da qual procura “bens e

¹ A autora utiliza este termo com base no trabalho de Homi Bhabha intitulado “O Local da Cultura”, de 2003.

serviços superiores” e as cidades pequenas, servindo de apoio para estas. Essa tipologia tem como forte característica a presença de uma elite comercial (CORRÊA, 2007, p.31).

A segunda tipologia é “Centro de drenagem e consumo da renda fundiária”. Neste caso, a cidade localiza-se em área pastoril e/ou agrícola, marcada pela grande propriedade rural. A cidade apresenta, portanto, uma variedade de serviços e produtos voltados à elite fundiária. Trata-se de uma “cidade média que controla econômica e politicamente importante espaço regional” (CORRÊA, 2007, p.31).

A terceira tipologia baseia-se em um “Centro de atividades especializadas”. São cidades médias que possuem “concentração de atividades que geram interações espaciais a longas distâncias, pois trata de atividades destinadas ao mercado nacional ou internacional”. Neste caso, as interações nacionais e internacionais predominam sobre as regionais. Tal especialização é, segundo o autor,

fruto dos esforços de uma elite local empreendedora que, sob condições de competição com outros centros, estabeleceu nichos específicos de atividades. A especialização produtiva acaba construindo símbolo de identidade da cidade e, possivelmente, essas atividades passam a ser vistas como o resultado de uma ação de toda a cidade (CORRÊA, 2007, p.31).

A cidade de Passo Fundo se encaixa em cada uma das tipologias sugeridas por Corrêa (2007). Apresenta crescimento populacional e dinamismo econômico, sendo acessível por inúmeros municípios vizinhos que buscam seus serviços e produtos, especialmente nas áreas da saúde e educação. Ao mesmo tempo, a cidade procurou, ao longo de sua história (séc XIX e XX), tornar-se referência regional, seguindo os desejos de uma elite social caracterizada por uma sociedade formada por indivíduos brancos e militares. Sua área rural está dividida em setores agropecuários constituídos de pequenas, médias e grandes propriedades, consolidando a economia através das relações entre meio urbano e rural. Outro fenômeno que permite entender Passo Fundo como uma cidade média, e articular esse fato com a discussão do patrimônio cultural, é o processo de verticalização verificado em fins do séc XX e início do XXI nessas cidades como forma de acolher as demandas de seu crescimento. Como consequência, tem-se uma paisagem urbana padronizada, comum a várias outras de mesmo porte, que tem como foco o investimento imobiliário que compromete a preservação do patrimônio histórico cultural.

Isto posto e, considerando i) as orientações da base legal nacional a respeito da preservação do patrimônio cultural, ii) a necessidade de entendermos as realidades locais e suas especificidades para a adaptação dessas orientações - garantindo a efetiva proteção dos patrimônios culturais e observando o poder hegemônico eurocentrado sobre as decisões político culturais, bem como o perfil de uma cidade média - faz-se necessário trazer ao debate o que está sendo reconhecido como patrimônio cultural em uma cidade tal como Passo Fundo/RS.

3. Compreendendo as relações entre identidade, território e decolonialidade

Tratar de patrimônio cultural exige falar de identidade. Tal conceituação requer que se reconheça primeiramente a importância da identidade para os indivíduos e para a coletividade. Identidades individuais e coletivas são estabelecidas através de processos de representação que, segundo Woodward (2014, p.10), “constroem os lugares, a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Marcada pela diferença, a identidade é relacional, ou seja, requer que exista uma dicotomia, seja ela “nós x eles”, “eu x outro”, “sagrado x profano”, “nativo x forasteiro”, etc. São diferenças sociais ou simbólicas construídas e/ou estabelecidas através de uma determinada representação ou sistema simbólico. Portanto, partindo-se do princípio de que a diferença é um dos pilares da construção da identidade e sabendo-se que, como afirma Barros (2016, p.32), a diferença “é sustentada pela exclusão”, é seguro afirmar que, através de relações de poder, tais “lugares”, citados por Woodward, podem ser, ainda, aqueles a partir dos quais os indivíduos são silenciados e suas falas, apagadas.

Esses possíveis apagamentos e os “processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores” são também abordados por Candau (2011, p.27), quando apresenta-os como “estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros [...]”. E o raciocínio complementa-se, ainda, com a afirmação de Silva (2014, p.62), quando diz que “a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva”. As tais “diferenças” que propiciam a construção de uma identidade, portanto, podem ser também construídas ou forjadas. Nesse sentido, é possível compreender a intrínseca conexão entre identidade, representação e relações de poder. Castells (2018), por sua vez, corroborando para essa compreensão, afirma que, de modo geral, “quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem”.

O processo de tensionamento da identidade e da diferença, por conseguinte, requer um questionamento acerca das formas de representação que as sustentam (SILVA, 2014). Ao longo desse questionamento, discursos sobre a aceitação das diferenças e da diversidade tornam-se comuns. Não se trata, todavia, de buscar estratégias que gerem novas dicotomias, como a identidade hegemônica porém benevolente *versus* a identidade subalterna porém “respeitada”. Baseado em uma abordagem pós-estruturalista, sugere-se que sejam investigados os processos envolvidos na criação da identidade e de sua fixação, isto é, antes de tolerar e respeitar a diferença, faz-se necessário compreender como ela é produzida (SILVA, 2014).

É preciso compreender as identidades, segundo Hall (2014, p.83), como “produzidas em locais históricos ou institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.” Assim sendo, é possível aferir de que forma a produção da identidade e a repetição das diferenças vêm sendo reproduzidas no espaço construído, na ocupação do território, no planejamento urbano e na preservação do patrimônio cultural nas cidades.

Como já pode ser visto, tratar de identidade implica falar de território, e a conceituação deste termo também implica relações de poder. Como afirma Souza (2013, p.78), ao expor o que denomina de “primeira aproximação” do conceito, “o território é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.” De acordo com o autor, o território é, ainda, um instrumento de poder, considerando-se que o poder exercido será sempre sobre um grupo social em conexão com um espaço. Ele o relaciona, também, às práticas sociais,

como restrições de acesso e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e resignificação de lugares (mediante alteração de toponímia etc.), modificação de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem instrumentalização e a alteração do território (e também do substrato espacial material, da paisagem e das imagens de lugar, em vários casos). (SOUZA, 2013, p.87 e 88)

A questão que se coloca é, conforme Souza (2013, p.88), “por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele?” Mais uma vez, não se trata de apenas aceitar e respeitar uma dada situação mas, antes de tudo, questionar as motivações que levaram à determinada territorialização (ou desterritorialização). Souza apresenta uma série de motivações e admite que, entre elas, pode haver “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” e reitera o papel da dimensão cultural-simbólica em sua conceituação de território.

Haesbaert explora o estado da arte acerca dessa conceituação polissêmica que compõe a noção de território e conclui que o mesmo deve ser visto sob a perspectiva de um domínio ou “controle politicamente estruturado” e também de uma “apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e [...] afetiva”, isto é,

o território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também,

portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p.41)

Por intermédio do mesmo autor, podemos evocar o importante conceito de desterritorialização, considerando-a hegemônica e hierarquizante, ou seja, que promove desigualdade e que, assim como a identidade, “brota da diferença”. Segundo a sua compreensão, o encontro de culturas qualitativamente distintas, inevitavelmente culminará na “padronização” do “outro” por aquele que se considera superior (HAESBAERT, 1997, p.43).

Para além desses dois conceitos, ao longo dos seus estudos, o autor apresenta os aspectos da multiterritorialidade e os sentidos multiescalar e multidimensional do território. No cerne da sua conclusão acerca do assunto, Haesbaert (2004, p.19) afirma que ações que busquem transformação, devem encarar o território no âmbito dessa multiplicidade, da multiterritorialidade, pois “é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas.”

Com isso, a proposta de Haesbaert (2004) vai ao encontro do tema da decolonialidade. A busca por essa conceituação requer, por sua vez, a compreensão de outros conceitos, como colonialismo e colonialidade. Enquanto o colonialismo, conforme indica Amaral (2015, p.06), ao estudar as contribuições teórico-metodológicas do Grupo Modernidade/Colonialidade/Descolonialidade², “denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro”, ou seja, a colonialidade permanece na era pós-colonialismo. Isto é,

a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolvem também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. (AMARAL, 2015, p.12)

A colonialidade, ainda que vinculada ao colonialismo, como citado anteriormente, é mais duradoura que este. Ela perpetua o padrão de poder estabelecido através do capitalismo colonial/moderno instituído junto à constituição da América, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005; 2009). O eurocentrismo, por sua vez, conforme afirma Sebalhos (2019, p.04), bem como o domínio dos outros povos, “se realiza com base no apagamento e exploração dos povos originários, bem como na substituição de seus saberes pelos saberes europeus”. As outras culturas passaram a ser desprezadas e, segundo Quijano, (2009, p.111), “em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo.” Na América Latina, houve, ainda, o agravante de que os grupos locais dominantes adotaram também esta perspectiva eurocêntrica na formação do “Estado-nação”, contribuindo para que esta perdurasse até os dias de hoje (QUIJANO, 2005, p.136). Tal padrão de poder, portanto, extrapolou as relações formais de exploração colonial, passando a envolver as “diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade”, como nas “relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos.” (AMARAL, 2015, p.06)

² “Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990, formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas. O coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” - epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. (BALLESTRIN, 2013)

Nesse sentido, a decolonialidade³ busca questionar as narrativas eurocentradas e “desprender-se da matriz colonial de poder” (MIGNOLO, 2009, p.20). Para o autor (2008, p.209), por exemplo, as identidades construídas através desse discurso eurocêntrico, ou seja, “pelos discursos europeus modernos”, eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais.” Ele propõe uma “desobediência epistêmica” que, não se trata de abandonar ou ignorar “o que já foi institucionalizado por todo o planeta”, mas “aprender a desaprender”, reconhecendo que fomos “programados pela razão imperial/ colonial”, afinal,

na América do Sul e no Caribe, sabemos, os privilégios do homem branco são fundamentados na história e nas memórias de pessoas de ascendência europeia que levaram com eles o peso de certas formas de gestão política, econômica e de educação. (MIGNOLO, 2008, p.320)

É importante reconhecer a presença da colonialidade e combatê-la. Como afirma Sebalhos (2019, p.12), “para isso, é preciso evitar o apego às epistemologias dos países dominantes, muitas vezes importadas de forma acrítica pelos nossos teóricos, como suas cidades-modelo e teorias.” E, ainda, nas palavras de Amaral (2015, p.20), “investigar as formas pelas quais as estruturas de poder continuam produzindo a colonialidade e, por outro, fomentar a mudança de uma atitude racista, sexista ou aristocrática para uma atitude decolonial”.

4. Para além dos tropeiros e imigrantes

Para alcançar o objetivo proposto nesse estudo é preciso desvelar, mesmo que brevemente, a história de ocupação da região onde hoje está a cidade de Passo Fundo.

Localizada no norte do Estado do Rio Grande do Sul, Passo Fundo completou 165 anos de sua fundação e tornou-se, ao longo do tempo, polo regional nas áreas da saúde, educação e prestação de serviços. Oficialmente, tem seu histórico de surgimento vinculado ao momento da chegada dos tropeiros e imigrantes no início do séc. XIX.

De acordo com Vicoski e Golin (2017, p.13), porém, o início da ocupação pelos humanos, caçadores coletores, no atual território do estado do Rio Grande do Sul ocorreu, mais ou menos, há 12.000 anos e atingiu toda a área do estado. Na região de Passo Fundo, muito antes do surgimento do seu atual núcleo urbano, a ocupação ocorreu há aproximadamente 2 mil anos, em outro movimento de migração dos “ancestrais dos atuais guarani”. Eram grupos formados pelo “tronco linguístico tupi-guarani”, “horticultores-ceramistas” (VICROSKI; GOLIN, 2017, p.13). As condições ambientais foram aspecto importante para a fixação dos grupos guaranis. O Planalto Médio, especialmente a região de Passo Fundo, tornou-se bastante atraente para os grupos indígenas, pois apresentava características como espaços abertos em meio à mata, áreas elevadas próximas de solo fértil pela presença de rios, presença abundante de argila ou de seixos, usados para utensílios cerâmicos ou líticos (VICROSKI; GOLIN, 2017, p.16).

As várias aldeias guaranis eram conectadas física, política e culturalmente através de “trilhas e caminhos” e esses eixos tornaram-se, a partir do período colonial, vias que hoje são de extrema importância para o Rio Grande do Sul. Vicoski e Golin (2017, p.17) apontam a atual BR-285 como exemplo disso.

A ocupação dos guaranis no Planalto Médio, enquanto este já contava com a presença dos grupos jê, gerou um ambiente de compartilhamento do espaço e de experiências culturais distintas das outras regiões do estado (VICROSKI; GOLIN, 2017). Essa mistura cultural se intensifica com a chegada dos europeus, principalmente por meio das reduções jesuítas, o que conforme Vicoski e Golin (2017, p.13) impede a determinação de qual grupo é culturalmente predominante. A presença dos europeus e a construção da redução jesuítica de Santa Teresa do Ygaí – através

³ “O uso de de-colonial, em vez de descolonial (com ou sem hífen), foi proposto por Catherine Walsh como modo de distinguir entre a proposta descolonial do projeto modernidade/colonialidade, por um lado, conceito de “descolonização” tal como foi utilizado durante a Guerra Fria e, por outro, da variedade de usos do conceito de ‘pós-colonialidade’.” (MIGNOLO, 2008, p.246)

do padre Francisco Jiménez – na área onde hoje está Passo Fundo, correspondente ao antigo limite entre os territórios espanhóis e portugueses (VEIGA; D'ANGELIS, 2013; VICROSKI; GOLIN, 2017), fortaleceu o cultivo de plantações e a criação de gado vacum que, com a assinatura do Tratado de Madrid no século XVIII, firma a integração econômica da região de Passo Fundo com o restante da colônia portuguesa: “O gado alçado das reduções” passa a ser produto transportado até São Paulo por um trajeto que começava nas Missões, passava por Passo Fundo e finalizava na feira de Sorocaba (VEIGA; D'ANGELIS, 2013, p.61). É em função das tropas de gado vaum que se inicia a apropriação do território que vai provocar o início do núcleo urbano de Passo Fundo.

Nesse contexto porém, a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 devolve o controle do território à Espanha, que limita o fluxo de gado para Sorocaba. Concomitantemente, a região passa a ser reocupada, em grande parte por indígenas, que se supõe que tenham sido os kaingangues ou xoclenque (VEIGA; D'ANGELIS, 2013, p.61). Os mesmos autores demonstram o processo de retomada da região, bem como as dificuldades de dominação dos colonizadores em função da resistência indígena. É clara a visão que se tinha sobre os povos originários, como um grande obstáculo ao desenvolvimento colonial, no sentido defendido por Quijano (2005).

No início do século XIX, os lusos-brasileiros do Rio Grande tomam dos espanhóis a região das Missões, e aos poucos se retoma a rota pela serra que ligava aquela região a Vacaria, a leste. Mas 'o Passo Fundo, apesar de atravessado a todo comprimento por essa estrada, não pode ser povoado senão com demora de alguns anos, devidos aos terríveis coroados⁴...' (VEIGA; D'ANGELIS, 2013, p.62)

A disputa pelo território entre portugueses, espanhóis e indígenas provocou a redução dos grupos guaranis, enquanto os grupos kaingangues ficam em maior número. Ainda assim a cultura guarani se mantém presente na sociedade atual (VICROSKI; GOLIN, 2017, p.27).

Para Laroque (2017, p.33), ao longo do tempo os kaingangues resistiram a inúmeras formas de exploração. No caso de Passo Fundo, para além da questão jesuítica, o grupo sofreu com a aberturas de estradas, com a instalação de fazendas e com a colonização alemã e italiana. Esse movimento comprometeu, para Vicroski e Golin (2017, p.34), a ordem cultural do grupo:

podemos perceber que o território ocupado pelos kaingang no século XIX, XX e XXI tem a funcionalidade não somente como um espaço para a busca da caça, da pesca, da coleta de pinhão, venda do artesanato e demais atividades para garantir a existência, mas, também, como uma realidade construída para que seu sistema de crenças e de conhecimentos pudesse ser intensamente vivido.

Quando o trem passa a ligar Passo Fundo a São Paulo, um momento bastante apontado na historiografia passofundense, a ferrovia atravessa territórios kaingangues. Não raro ocorriam investidas indígenas sobre os operários da ferrovia, situação que foi se modificando ao longo do tempo em função da necessidade de aproximação dos “não índios”. Assim, os indígenas passaram também a contribuir para a construção da estrada de ferro (LAROQUE, 2017).

Esse fato alerta sobre o impacto causado a essas culturas, que se viram obrigadas a aceitar determinadas imposições na tentativa de garantir sua sobrevivência, um exemplo prático do pensamento de Haesbaert (1997).

Com a queda das Reduções Jesuíticas, a parte norte do Rio Grande do Sul passou a ser ocupada por homens brancos, integrantes dos grupos elitizados e proprietários de escravos, pois suas características geográficas e ambientais favoreciam a pecuária e a cultura dos ervais, sendo muito atrativa para os latifundiários. As áreas de pastagem para a pecuária foram sendo ampliadas enquanto os seus proprietários fortaleciam seu poder econômico e territorial. Para tanto, passou-se a utilizar mão-de-obra escravizada, constituída dos afrodescendentes que chegavam na região

⁴ Kalil et al.(1998, p.43) afirmam que os jês foram “[...] sucessivamente denominados de guaianás, coroados e kaingangues”. Veiga e D’Angelis (2013), por sua vez, afirmam que uma série de outros nomes foram atribuídos pelos colonizadores aos povos kaingangues, como guaianá e coroados, por exemplo.

de Passo Fundo (SANTOS, 2009) e que logo se tornou essencial no processo de desenvolvimento econômico do estado.

Rückert (1997, p.89) através dos dados do recenseamento de 1859 para Passo Fundo aponta que mais de 20% da população era escrava. Naquele ano a cidade apresentava 6389 habitantes livres, 133 libertos e 1699 escravos, totalizando 8221. Contudo, a historiografia aponta Passo Fundo surge a partir da construção de um rancho de propriedade de Manoel José das Neves, na região onde hoje temos a Fonte da Mãe Preta, a Praça Tamandaré e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Trata-se de um ponto muito próximo do caminho criado pelas tropas que se tornou posteriormente a principal vida da cidade (GOSCH, 2005; OLIVEIRA, 1990).

A cultura indígena permanece presente no cotidiano dos passofundenses através dos nomes das ruas, como a Paissandú e a Uruguai, dos Rios Jacuí e Taquari e das cidades de Sarandi e Ibirubá, por exemplo. O cultivo da erva-mate, dentre outros tipos de plantações importantes para o desenvolvimento de Passo Fundo também foi herança dos grupos indígenas que depois foi adotada pelos imigrantes europeus e pelos afrodescendentes (VICROSKI; GOLIN, 2017, p.29).

Sobre os kaingangues, atualmente inúmeras famílias estão instaladas em acampamentos de beira de estradas e em pequenos espaços urbanos e passam a todo momento por preconceitos e dificuldades que comprometem a preservação dos seus costumes (LAROQUE, 2017).

Além disso, a ferrovia contribuiu para a ampliação do número de famílias afro-descendentes, as quais, como exemplificam Batistella e Ribeiro (2017, p.135), “em virtude dos preconceitos étnicos e sociais, nas primeiras décadas do século XX, [...] eram proibidos de frequentar os outros clubes da cidade. Assim, organizaram uma sociedade étnica: o Clube Recreativo Visconde do Rio Branco”.

A partir do século XX, afrodescendentes, escravizados ou libertos, foram a grande força de trabalho em Passo Fundo, realizando as mais variadas funções, principalmente nas grandes parcelas de terra da área rural, uma vez que o preço de sua mão-de-obra era inferior ao da mão-de-obra livre (BATISTELLA,; RIBEIRO, 2017). Pode-se, com isso, afirmar que os afrodescendentes tiveram grande influência no crescimento e desenvolvimento da cidade de Passo Fundo, mesmo que isso tenha sido apagado da sua historiografia, que aborda os fatos de acordo com o “mito da democracia racial⁵”. Um exemplo desse contexto, apresentado por Batistella e Ribeiro (2017), foi a criação de dois quilombos na região de Passo Fundo, em locais correspondentes aos atuais municípios de Sertão e Coxilha.

Através desse breve relato fica perceptível a miscigenação cultural que marca o território onde hoje está a cidade de Passo Fundo.

5. Colonialidade na formação de uma cidade média

A ordenação do espaço urbano passofundense foi direcionada para construir uma Capital Regional (KNACK, 2007, p.09). A análise dos Planos Diretores e do Inventário do Patrimônio Arquitetônico indica o direcionamento eurocentrado nos seus processos de elaboração.

5.1 Ordenamento territorial e a construção de uma capital regional

Knack (2007) ao discutir sobre a influência dos atores sociais pertencentes à elite nas decisões referentes ao patrimônio cultural de Passo Fundo destaca a visão progressista que orientou as ações políticas ao longo do tempo. A análise dos três Planos Diretores auxilia na percepção desse posicionamento.

⁵ Defende a ideia de que o número de escravos era pequeno e que, aqueles que viviam nessa condição eram bem tratados pelos seus senhores, “inclusive tomando chimarrão no mesmo galpão e na mesma cuia.” (BATISTELLA,; RIBEIRO, 2017, p.139).

Os grandes intervalos de tempo que dividem cada um dos Planos Diretores dificultou uma análise homogênea, pois cada documento traz abordagens distintas sobre o ordenamento do território. Ainda assim, o estudo procurou extrair dados que permitiram identificar o discurso hegemônico sobre as decisões urbanas, mesmo que os tipos de informações sejam diferentes entre os Planos.

O primeiro Plano Diretor de Passo Fundo foi aprovado em 1957, e tinha como pretensão expressar o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano da cidade. O agronegócio foi um dos setores de maior destaque na economia passofundense. Em 1929, por exemplo, o Rio Grande do Sul tornou-se o principal produtor de trigo, enquanto que entre os anos de 1946 e 1955 a triticultura ganhou força (TEDESCO; SANDER, 2005), contexto sob o qual o primeiro Plano Diretor foi elaborado.

O Prefeito Daniel Dipp solicitou a elaboração do Plano, pensado pelo Urbanista Edvaldo Paiva com a participação do Urbanista Francisco Macedo e dos Arquitetos Demetrio Ribeiro e Edgar Graeff (PAIVA, 1953). O argumento usado para a elaboração do Plano foi o crescimento econômico e urbano provocado pela ferrovia, para a qual previa-se um novo trecho, já que pensava-se em tornar Passo Fundo um entreposto ferroviário.

Alguns trechos retirados do Plano ilustram a visão progressista de desenvolvimento urbano, o apagamento das populações originárias e a desconsideração da presença dos afrodescendentes na construção na cidade.

Nessa época, habitavam na região tribus indígenas hostís, que tocavam as tropas de mulas, principalmente no lugar denominado "Mato Castelhonho". Por êsse motivo, os tropeiros preferiam, cruzar de dia essa zona, acampando antes do chamado "passo fundo", em um lugar alto - o 'Boqueirão' - de onde se dominava a região e se dispunha de boa aguada (PAIVA, 1953, p.7).

O trecho mostra que os indígenas eram vistos como obstáculo ao trabalho exploratório dos brancos e como uma ameaça à sua segurança. Ao mesmo tempo, percebe-se a exaltação ao serviço prestado pelo homem branco que permitiu o desenvolvimento da região:

As fotos da nossa Praça Marechal Floriano, da calçada alta, da casa do sr. Wolter Borbieux, dos colégios tradicionais evocam a luta, o esforço, a dedicação de muitos, passo-fundenses ou não, que viveram aqueles dias. Dias de muitos fatos marcantes como, por exemplo, a pioneira ousadia do sr. Mório Goelzer em lavrar campos de barba de bode para plantar trigo, ato que vislumbrou as bases da moderna agricultura (PAIVA, 1953).

Quanto ao desejo de transformar Passo Fundo em capital regional, alguns trechos evidenciam a competição com os municípios vizinhos, emancipados de Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX (Erechim e Carazinho), depositando nas novas rodovias a possibilidade de ampliação das conexões com o restante do Estado, em especial com Porto Alegre, e, então, seu avanço econômico.

Depois de quase vinte anos de visível paralisação, acorda novamente ao ouvir o estrepitar das máquinas rodoviárias que, a partir de Passo Fundo estabeleciam a ligação do Norte do Estado com a Capital 91940). Passo Fundo, como centro rodoviário regional, reage e vai disputar com Erechim e Carazinho a liderança econômica do Norte do Estado (PAIVA, 1953, p.18).

A esperança depositada sobre as novas conexões também previa o aumento populacional da cidade em virtude da instalação de sedes militares, ou seja, sua presença era um indicativo de desenvolvimento.

A futura importância estratégica do nó ferroviário já determinou providências das forças armadas. Hoje é sede de um batalhão, amanhã será base de um Regimento. Em função desse aumento do efetivo militar a cidade deverá ter uma população acrescida em cerca de quatro a cinco mil habitantes (PAIVA, 1953, p.25).

O Plano Diretor também trouxe grandes preocupações e propostas de cunho estético. Previa a construção de eixos verdes, espaços cívicos, praças e mercado público, seguindo preceitos higienistas. As imagens representativas mostram uma influência europeia, ao organizar os

espaços com base em eixos de simetria, criação de alamedas como grandes bulevares. Além disso, as condições construtivas que compunham a paisagem urbana passofundense naquele período não eram consideradas adequadas pois não simbolizavam desenvolvimento e poder.

A população de Passo Fundo se aloja, em sua maioria, em más condições. Mantém-se grande número de vivendas obsoletas, principalmente ao longo da avenida (em maior quantidade desde o Boqueirão até a linha férrea - parte mais antiga da cidade). São imóveis antiquíssimos, em mau estado de conservação, habitados por famílias de classe média (e mesmo as de pior estado, por elementos ainda mais pobres), os quais imprimem um aspecto de decadência à varias partes da cidade. As casas de madeira predominam em tôdas as zonas exteriores ao centro tradicional ou à avenida Brasil.[...]O aspecto plástico da cidade é, assim, relativamente pobre, tendo como características: regularidade, monotonia e grande amplidão de espaços (baixa densidade de construção e ruas excessivamente largas com edificações de um piso em maioria) (PAIVA et al., 1953, p.34).

A década de 1970 presenciou grande alteração da paisagem urbana. O crescimento populacional se intensifica, especialmente em função do êxodo rural, estendendo a malha urbana para os setores periféricos. O segundo plano, aprovado em 1984, tem uma abordagem mais técnica e menos conceitual que o anterior. A Lei nº 2133, de 13 de dezembro de 1984 passa a organizar o espaço urbano por meio de uma variedade maior de zonas, de usos e de índices construtivos. Inovou ao definir o perímetro urbano, setorizando o município em área urbana, área de expansão urbana e área rural (PASSO FUNDO, 1984). A definição do perímetro urbano é uma estratégia para conter o crescimento para além desses limites, forçando a ocupação nos espaços vazios. Nesse contexto, portanto, foram flexibilizados os índices construtivos, permitindo o adensamento da área central.

A reorganização do centro da cidade desconsiderou qualquer traço do passado e incentivou a substituição dos antigos edifícios por novos em altura, erguidos com materiais e técnicas construtivas considerados modernos para o período. Como afirma Gosch (2005, p.87), "é uma nova tipologia, que, concomitantemente com utilização de materiais industrializados, como o vidro e o alumínio, proporcionaram uma nova imagem para Passo Fundo...".

Importante destacar o efeito da verticalização e dos novos serviços e atividades que passaram a se concentrar no centro da cidade sobre os grupos sociais economicamente menos favorecidos.

Em outras palavras, segmentos constituídos por operários, migrantes de outras cidades e dos distritos de Passo Fundo, que foram emancipando-se. Esses segmentos foram sendo removidos do centro da cidade para as periferias, e a área central foi sendo verticalizada, o que afirmou a identidade de capital do planalto frente aos municípios concorrentes. Com isso, parte de seu passado foi sendo "apagado" da paisagem urbana em nome de propostas de desenvolvimento econômico, gerenciadas por um instrumento político (o PDDU), ancorado em uma identidade histórica que caracteriza Passo Fundo como uma cidade "entrepasto comercial" ou nó rodoferroviário. Esse foi o caminho da busca pela modernidade em Passo Fundo, através da reestruturação de seu espaço e sua própria identidade (KNACK, 2007, p.65).

O terceiro Plano Diretor de Passo Fundo foi aprovado em 2006 e está em processo de revisão. A Lei Complementar nº 170 de 09 de outubro de 2006 substitui o termo urbano por integrado, expressando a intensão de adaptar-se aos critérios do Estatuto da Cidade de 2001. A lei possui caráter ainda mais técnico em relação aos anteriores, especialmente ao primeiro, e trouxe definições não tratadas no Plano de 1984 bem como novas macrozonas e setores de controle urbano e rural. Os Planos Diretores anteriores não abordaram o tema do patrimônio histórico cultural, observado apenas na lei de 2006.

O Plano de 2006 amplia a flexibilização dos índices construtivos, principalmente nas áreas centrais, que correspondem aos setores mais antigos da cidade e nos eixos indutores. Define áreas de proteção ambiental mas não delimita áreas de interesse histórico, tampouco reconhece áreas com presença de sítios arqueológicos, como é o caso da reserva ambiental do Pinheiro Torto, onde foi identificado um sítio arqueológico de material lítico (GEMA, 2022).

O art. 3º da Lei de 2006 apresenta suas premissas e, nos incisos I, II e III, indica respectivamente, a ampliação da oferta de cultura e lazer; aponta a supremacia do coletivo sobre o individual e defende o desenvolvimento municipal sustentável. O art. 8º trata das diretrizes para o desenvolvimento local, e no seu inciso IX prevê o “estímulo ao turismo”. O Capítulo II, ao abordar a qualificação ambiental determina na seção III, art. 23, o patrimônio histórico e cultural: “elementos referenciais do patrimônio histórico e cultural de Passo Fundo o conjunto de bens materiais e imateriais, históricos e culturais” que podem ser compostos pelos “imóveis e os espaços identificados com a história e a cultura local e regional”(PASSO FUNDO, 2006).

Ainda sobre o patrimônio cultural, os incisos I ao IV do art. 24 falam da gestão do patrimônio histórico e cultural, sendo elas:

I- fortalecer a identidade e a diversidade cultural pela valorização do patrimônio cultural e histórico incluindo a cultura e as tradições locais; II- revelar o patrimônio histórico e cultural como fator humanizador e de inclusão social; III - implementar a gestão democrática do patrimônio histórico e cultural, integrando as ações executadas pelas entidades governamentais e não governamentais; IV- descentralização das atividades artísticoculturais, envolvendo o espaço urbano e rural (PASSO FUNDO, 2006).

Para tanto, o plano prevê, no art. 25, a criação do Plano do Patrimônio Histórico e Cultural como meio de implementação das diretrizes de gestão, e aponta que o documento deve contar com:

I – o inventário de bens relevantes para o patrimônio histórico e cultural do município; II – tombamento dos bens relevantes para a história e a cultura local, definindo os limites urbanísticos para o seu uso; III – sistema integrado de gestão do patrimônio histórico e cultural; IV – construção de iniciativas com a iniciativa privada e a população para o controle, monitoramento e execução de obras no patrimônio cultural e histórico edificado; V – criação de incentivos para a conservação do patrimônio histórico e cultural e para as atividades culturais. (PASSO FUNDO, 2006).

Em concordância com o Estatuto da Cidade, o art. 216 aponta os incentivos fiscais referentes à preservação, através do uso dos instrumentos urbanísticos como a transferência do direito de construir, por exemplo (PASSO FUNDO, 2006).

A base legal apresentada revela aspectos a serem observados nos processos de preservação e na teoria se conecta com o discurso decolonial, apontando a defesa do coletivo em detrimento do individual, o fortalecimento da identidade e da diversidade cultural, o que inclui as tradições locais, além de apontar o patrimônio cultural como agente humanizador.

5.2 O patrimônio cultural passofundense

O Plano Diretor de 2006 abordou o tema do patrimônio cultural. Em 1995, contudo, foi aprovada a Lei de Tombamento, que “dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do município de Passo Fundo e dá outras providências” (PASSO FUNDO, 1995).

Até a aprovação da lei de 1995, foram reconhecidos como integrantes do patrimônio cultural de Passo Fundo nove bens, todos de caráter material. No período compreendido entre o ano da aprovação da lei de Tombamento e a aprovação do Plano Diretor de 2006, apenas dois bens foram tombados. Entretanto, antes de 1995, nove bens foram reconhecidos.

Até 2006 Passo Fundo contava com onze bens tombados, sendo quatro públicos e sete privados. Apenas um desses bens corresponde à cultura afrodescendente, e constitui-se da Capela de São Miguel⁶, os demais dizem respeito a instituições de grande força econômica e política, como bancos, organizações religiosas (elitizadas), grandes indústrias além da sede do antigo governo municipal.

⁶ Construída em 1835 para abrigar uma imagem de Gabriel Arcanjo esculpida em madeira pelos índios da região de Santo Angelo, tornando-se símbolo da libertação dos escravos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2022).

Após 2006, mais seis bens foram tombados, sendo dois relacionados à Igreja Católica, um de interesse natural, um que homenageia os militares, um de uso esportivo e lazer que foi demolido e outro uma residência.

De acordo com o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000), o Inventário não pode ser entendido como um processo composto por uma simples listagem de bens, como indica sua definição no dicionário. Sua elaboração deve ser sistemática e exaustiva. Todo o exemplar que for inserido em um inventário é de interesse cultural e de importância pública, e portanto deve ser protegido. Desse modo, os bens entendidos como representantes de dada cultura correspondem aos valores e sentidos atribuídos pelas pessoas a eles, ou seja, é o homem que dá importância aos objetos, ritos, crenças, costumes e práticas, a partir dos quais ele construiu sua memória e identidade. Nesse sentido, a atribuição de valor sobre dado bem é de caráter essencialmente relativo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000).

O mesmo documento destaca o questionamento, iniciado na década de 1970, sobre a legitimidade daqueles que até então eram entendidos como capacitados para definir o que deve ou não ser preservado,

a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p.11).

O Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Passo Fundo foi elaborado entre 2006 e 2012, com a produção de dois relatórios em uma parceria firmada entre a Prefeitura Municipal, através da Secretaria do Planejamento, e a Universidade de Passo Fundo por meio do curso de Arquitetura e Urbanismo (NÚCLEO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO URBANO E COMUNITÁRIO, 2006).

O inventário segue as orientações da Lei nº 2997 de 06 de janeiro de 1995, e a seleção dos exemplares “foi baseada exclusivamente em critérios técnicos, visando à proteção de edificações que possuam papel relevante na história e ou cultura da cidade de Passo Fundo” (NÚCLEO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO URBANO E COMUNITÁRIO, 2006, p.4). Foram definidos dois critérios de proteção. O primeiro consiste no reconhecimento de bens isolados, enquanto o segundo no reconhecimento de bens com valor de ambiência e conjunto. Para além desses, o relatório determina que

Outras edificações históricas de menor relevância que pertencem ao entorno de edificações tombadas deverão ter sua preservação assegurada no item preservação do gabarito do entorno do bem tombado, que deverá ser previsto na lei de tombamento individual de cada bem, de acordo com as indicações e análise apresentadas no item lugar, nas fichas de inventário (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000).

O levantamento foi realizado por meio do preenchimento de fichas de caracterização dos prédios junto de pesquisa histórica no Arquivo Histórico Regional e preenchimento de fichas de análise da paisagem urbana. A delimitação espacial para a aplicação do estudo corresponde ao zoneamento do Plano Diretor de 2006, a saber: Zona de Ocupação Intensiva I (ZOI I) e Zona de Ocupação Intensiva II (ZOI II), os dois setores mais centrais da cidade e sobre os quais incidem os índices construtivos mais altos.

O Inventário identificou, no total, 65 imóveis. Destes, 14 foram tombados, cinco provisoriamente e nove definitivamente. Quatro imóveis tombados são públicos, e todos os restantes, privados. O quadro 1 traz os bens inventariados e tombados pelo município antes e depois de 2006.

Quadro 1. Bens tombados pelo município de Passo Fundo (fonte: elaborado pelas autoras).

Antes de 2006	Depois de 2006 não inventariados	Depois de 2006 inventariados
Prédio da Antiga Estação Ferroviária	Mausoléu dos militares	Casa de Guilherme Morch
Bebedouro de animais	Pórtico do Santuário Nossa Senhora Aparecida	Igreja Nossa Senhora da Conceição
Banco Itaú	Jazigo de Maria Elizabeth de Oliveira	Casa Dipp
Prédio do IE	Casa Della Méa	Edificação, localizada na Av. General Neto nº 378
Igreja Metodista	Estádio Wolmar Salton (demolido)	Colégio Protásio Alves
Capela de São Miguel	Rio Passo Fundo	Casa João Café
Conjunto da Avenida Brasil		Quartel do Exército Brasileiro
Túmulo Fagundes dos Reis		Moinho do complexo da S. ^a Moinhos Rio-Grandense
Instalações da Companhia Cervejaria Brahma		Silo do complexo de Moinhos Rio-Grandense
Escola Municipal Padre Vieira		Monumento Ruína
Antigo Banco Popular (demolido)		Caixa D'Água
		Hotel Glória
		Clube Caixeiral
		O Muro e Pátio da Gare

Obs A denominação de cada bem foi apresentada conforme suas respectivas leis de tombamento, disponíveis em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4158/leis-de-passo-fundo>.

As Figuras 1, 2, 3 e 4 mostram, respectivamente, a Capela de São Miguel, tombada em 1991, o prédio do Banco Itaú, tombado em 1994, os prédios do antigo Silo e Moinho do complexo da S.^a Moinhos Rio-Grandense, tombados em 2006 e o prédio do antigo Hotel Glória, tombado em 2014.



Figura 1. Capela de São Miguel (fonte: das autoras).

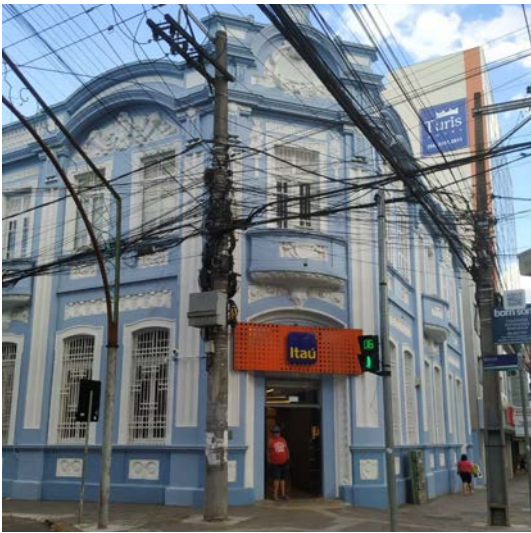


Figura 2. Banco Itaú (fonte: Milena Albrecht Silveira)



Figura 3. Silo e Moinho do complexo da S.^a Moínhos Rio-Grandense (fonte: Milena Albrecht Silveira).



Figura 4. Antigo Hotel Glória (fonte: das autoras).

Verifica-se que há um número muito inferior de bens representantes das culturas indígenas ou afrodescendentes em relação ao total de exemplares inventariados, mesmo existindo dentro da ZOI II o antigo Clube Visconde do Rio Branco. Os imóveis com características arquitetônicas mais simples, relacionados à presença dos operários da ferrovia e/ou do setor industrial da cidade mesmo inventariados, não receberam proteção legal.

Um aspecto que ainda precisa ser ressaltado em relação ao processo de elaboração do Inventário Arquitetônico de Passo Fundo é que não houve a realização de consultas públicas para definição dos bens de interesse. Da mesma maneira, a população não foi consultada quando da escolha dos bens a serem protegidos anteriormente à realização do inventário, como bem demonstra o estudo de Knack (2007).

5. Discussão e possibilidades

O estudo realizado, ainda em estágio preliminar, trouxe resultados que permitem identificar a influência do poder hegemônico nas decisões políticas, sócio culturais e urbanas na cidade de Passo Fundo/RS. Seu perfil de cidade média, marcado pela padronização da paisagem urbana e pelo forte investimento no setor imobiliário, desconsidera os aspectos históricos locais que deveriam ser protegidos para a construção da identidade local e regional. A existência de leis nacionais e municipais que pretendem direcionar o ordenamento territorial, e dentro deste, as ações referentes ao patrimônio cultural ainda não são suficientes para garantir a efetiva proteção, que deve considerar as mais variadas manifestações culturais.

O desejo de tornar Passo Fundo uma capital regional firmou um pensamento sustentado na ideia de que desenvolvimento está diretamente relacionado ao crescimento econômico e à modernização dos espaços urbanos, fato refletido nos Planos Diretores. A análise destes explicita, também, a presença de um padrão cognitivo que reforça a ação do colonizador e do imigrante europeu e inferioriza a existência e o trabalho do não-europeu, entendendo estes como grupos ainda não civilizados (QUIJANO, 2005).

Os bens reconhecidos pelo inventário são, predominantemente, representantes de grupos elitizados, manifestados por meio de instituições religiosas, bancos, indústrias, espaços governamentais e exemplares de propriedade de famílias abastadas. Apenas um único bem tombado anteriormente ao inventário diz respeito às culturas indígenas e afrodescendentes.

O ponto chave desta questão está na reprodução de um padrão comportamental que é tomado como verdadeiro e natural, que dificulta sobremaneira a sua própria percepção e, conseqüentemente, seu rompimento - exigindo, assim, um rompimento com as epistemologias e práticas atuais.

Os indígenas e afrodescendentes foram de extrema importância para a construção histórico-cultural do Rio Grande do Sul e, claro, de Passo Fundo, mas as evidências existentes nos objetos de análise deste estudo mostram a atribuição dada ao homem branco como o grande responsável pelo desenvolvimento da região.

O caminho para uma possível solução é longo, e os passos iniciais exigem grande persistência. Considera-se essencial o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial, por exemplo, incluindo práticas pedagógicas decoloniais (WALSH, 2013). É necessário que a sociedade (re) conheça sua história pois, só se preserva e valoriza aquilo que se conhece, o que, por sua vez, só será possível através do questionamento e da quebra dos discursos hegemônicos sustentados pelo eurocentrismo.

Nota-se a urgência de ampliar a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural de cidades médias, considerando não somente o perfil peculiar destas em termos de planejamento urbano e ordenamento territorial, mas também os atravessamentos do constante processo de apagamento e enquadramento de memórias e identidades, resultante de um modelo eurocêntrico de práticas patrimoniais. Os preceitos da decolonialidade, ao promoverem uma ruptura epistemológica,

apresentam possibilidades de transformar a prática, na direção de um patrimônio cultural de cenário diverso e plural, seguindo, enfim o que regem a Constituição e o Estatuto da Cidade.

6. Referências

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Orientador: Prof.^a Dra. Carla Arouca Belas. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **Igualdade e Diferença: Construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BATISTELLA, Alessandro; RIBEIRO, Odorico José. Os afro-descendentes em Passo Fundo. In: [TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia]. *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017. pp. 135-158.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL, L. 5788/90. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257, de 10.07.2001**, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL, L. 25/1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**, 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em 05 fev 2023.

CASTRIOTA, Leonardo Barco. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Forum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-31, set. 2007. Semestral. Disponível em: <https://bit.ly/3n67YpM>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELA de São Miguel: patrimônio histórico do município. **Prefeitura Municipal de Passo Fundo**. Disponível em: <<https://www.pmpf.rs.gov.br/turismo/capela-de-sao-miguel/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2018. 602 pp. v. 2.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: [SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão]. *Cidades Médias: espaços em transição*. 1ª ed. São P: Editora Expressão Popular, 2007. pp. 23-33.

COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. **O poder legislativo no desenho institucional da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019.

FONSECA, Maria Cecília. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GEMA - Geologia, Meio Ambiente, Arqueologia (Passo Fundo/RS). **Identificado um Sítio Arqueológico em Passo Fundo, RS**. Passo Fundo, [s/d]. Disponível em: <https://gemaambiental.com.br/identificado-um-sitio-arqueologico-em-passo-fundo-rs/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: [WICKERT, Ana Paula].

Arquitetura e urbanismo em debate. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. pp. 75-96.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: [SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.)]. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 3. ed. [s.l.] Vozes, 2014. pp. 79-102.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. PETgea, Porto Alegre, p. 1-20, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 19 de dez. 2022.

KALIL, Rosa Maria Locatelli; DAL MORO, Selina Maria; TEDESCO, João Carlos; DALSOTO, Adelar Carlos; MAINARDI, Elisa; REVERS, Valesca. Migração e urbanização: o caso de Passo Fundo. In: *Urbanização, exclusão e resistência: Estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. pp. 39-65.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico**: Passo Fundo, RS. Dissertação de Mestrado - Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Redes de atuação e movimentações de grupos étnicos Kaingang frente ao projeto colonizador em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do rio Passo. In: [TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia]. *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varela, 2017. pp. 33-111.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. **Patrimônio: atualizando o debate**, IPHAN: [s/d, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: **A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Tradução: Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF: Dossiê literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 23 dez. 2022. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.

MOTTA, Diana.; MATA, Daniel da. **A importância da cidade média. Brasília**: desafios do Desenvolvimento. IPEA. 2009 . Ano 6 . Edição 47. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5525>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural de 1975 a 1990. 2000. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social e Documento, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12610>. Acesso em: 16 dez. 2020.

NÚCLEO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO URBANO E COMUNITÁRIO. Inventário do patrimônio arquitetônico de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006.

OLIVEIRA, Francisco Antônio Xavier e. **Annaes do município de Passo Fundo**: aspecto cultural. Passo Fundo: EDIUPF, 1990.

- PAIVA, Edvaldo. **Passo Fundo**: plano diretor. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2000. pp. 95.
- PASSO FUNDO. Lei nº 2997 de, 06 de janeiro de 1995. **Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do município de Passo Fundo e dá outras providências**.1995.
- PASSO FUNDO. Lei Complementar nº 170, de 09 de outubro de 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI do município de Passo Fundo**. 2006.
- PASSO FUNDO. Lei nº 2133, de 13 de Dezembro de 1984. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. 1984
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/EditorCLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. 2009
- RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- SANTOS, Sherol dos. “Territórios Étnicos no Pós-abolição: o caso do quilombo da Mormaça (RS)”. **Fronteiras**. Dourados: v. 11, pp. 127-141, 2009.
- SEBALHOS, Carolina F. COELHO, Daniela C. S. M.. ROCHA, Eduardo. **Dos processos de colonização e subalternização do saber à marginalidade urbana**: porquê necessitamos olhar a América Latina como produtora de um novo urbanismo. Anais do XXIII Congresso Arquisur. Belo Horizonte, 2019.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: [SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.)]. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 3. ed. [S. l.]: Vozes, 2014. pp. 56 - 78.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- STELLO, Vladimir Fernando. **Além das reduções**: a paisagem cultural da região missioneira. Orientador: Célia Ferraz de Souza. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/97863>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- TEDESCO, João Carlos.; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo, 1900-1960. 2ª ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- VEIGA, Juracilda; D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Presença caingangue e penetração europeia no norte rio-grandense até o século XIX. In: [TEDESCO, João Carlos; KUJAWA; Henrique Aniceto]. *Conflitos agrários no norte gaúcho*: índios, negros e colonos. Passo Fundo: Suliani Letra & Vida Editora, 2013. pp. 57–81.
- VICROSKI, Fabricio José Nazzari; GOLIN, Luis Carlos Tau. Presença Guarani no Planalto Médio. In: [TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA; Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia]. *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varela, 2017. pp. 11–31.
- WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: [SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.)]. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 3. ed. [S. l.]: Vozes, 2014. pp 02-55.